



PLANO DE APRENDIZAGEM

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO				
Curso: Bacharelado em Direito				
Disciplina: Constitucional I			Código: DIR03	
Professor: Msc. Danilma Melo da Silva			e-mail: <i>danilma.silva@fasete.edu.br</i>	
CH Teórica: 80h	CH	Prática: ---	CH Total: 80h	Créditos: 04
Pré-requisito(s):				
Período: II			Ano: 2019.2	

2. EMENTA:

Constitucionalismo. História. Formação. Evolução. Conceito. Direito Constitucional. Conceitos. Natureza. Objeto. Relação com os demais ramos do direito e outras ciências. Constituição. Conceito. Objeto. Conteúdo. Princípios. Classificação. Constituições brasileiras. Poder Constituinte. Controle de Constitucionalidade. Emenda; reforma e revisão constitucional. Normas Constitucionais.

3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA DISCIPLINA:

- Identificar os conceitos fundamentais da teoria da Constituição e os aspectos centrais do constitucionalismo brasileiro, de sua origem até o marco normativo atual.
- Compreender o processo de criação, reforma e revisão das Constituições, bem como de suas classificações;
- Identificar a tarefa do controle de constitucionalidade em suas acepções históricas e, em especial, ao modelo de jurisdição constitucional brasileiro.

4. OBJETIVO GERAL DA APRENDIZAGEM:

- Compreender as linhas gerais da teoria da constituição e do lugar teórico do direito constitucional em relação à teoria jurídica e aos demais ramos do saber.

5. CONTEÚDOS

5.1 -PRIMEIRA ETAPA

5.1.1 – CONTEÚDOS PRESENCIAIS (30h/aula)

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONSTITUCIONALISMO: 1.1 Movimento constitucionalista. 1.2 Processo histórico. 1.3 Constitucionalismo moderno e neoconstitucionalismo. 2 CONSTITUIÇÃO: 2.1 Constituição. Conceito. 2.2 A constituição como fenômeno jurídico. 2.3 A constituição como sistema de normas. 3.4 Tipologias conceituais da constituição (Lassale, Kelsen, Schmitt) 2.5 Constituição em sentido instrumental (Jorge Miranda) 2.6 Classificação das constituições. 2.7 Constituições brasileiras. 3 PODER CONSTITUINTE: 3.1 Poder Constituinte Originário. 3.2 Poder Constituinte Derivado. 3.3 Poder Constituinte Decorrente. 3.4 Limites ao poder de reforma. 4 NORMAS CONSTITUCIONAIS: 4.1 Conceito. 4.2 Estrutura das normas constitucionais. 4.2.1 Normas constitucionais: valores, princípios e preceitos. 4.2.2 Normas



constitucionais: materiais e formais. 4.2.3 Os preâmbulos constitucionais. 4.2.4 Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Classificações de José Afonso da Silva, Maria Helena Diniz, Jorge Miranda. 4.3 O dirigismo constitucional e a problemática da concretização das normas constitucionais. 5 DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL: 5.1 Teoria da Recepção. 5.2 Teoria da desconstitucionalização. 5.3 Teoria da inconstitucionalidade.

5.1.2 – CONTEÚDOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (10h/aula)

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONSTITUCIONALISMO 2 CONSTITUIÇÃO 3 PODER CONSTITUINTE. 4 NORMAS CONSTITUCIONAIS. 5. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.

5.2 -SEGUNDA ETAPA

5.2.1 – CONTEÚDOS PRESENCIAIS (30h/aula)

6 A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E O NEOCONSTITUCIONALISMO: 6.1 Princípios hermenêuticos fundamentais: Supremacia, Rigidez e Unidade constitucionais. 6.2 Mutações constitucionais. 7 JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: 7.1 Normas sujeitas ao controle de constitucionalidade. 7.2 Sistemas de controle e Tipos de controle de constitucionalidade. 7.3 Controle Preventivo Político. 7.4 Controle Preventivo Jurisdicional. 7.5 Controle Repressivo Político. 7.6 Controle Repressivo Constitucional. 7.6.1 Controle Difuso. 7.6.2 Controle concentrado. 7.6.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). 7.6.2.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). 7.6.2.3 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). 7.6.2.4 Inconstitucionalidade por Omissão. 7.6.2.5 Inconstitucionalidade Interventiva.

5.2.2 – CONTEÚDOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (10 h/aula)

6 A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E O NEOCONSTITUCIONALISMO. 7 JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.

6. METODOLOGIA DO TRABALHO:

6.1-1º ETAPA

6.1.1 – Metodologias Ativas Presenciais

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e participativas, desenvolvendo a capacidade de atuação individual e coletiva através de metodologias ativas;

Pensando na pesquisa científica, serão utilizados artigos, teses e/ou dissertações, além da utilização da legislação, da doutrina e de outras fontes do Direito;

Todas as atividades serão realizadas com a participação dos (as) estudantes, motivando-os (as) para as avaliações institucionais do **ENADE** e da **OAB**.

A disciplina utilizar-se-á de diversas mídias, tendo a prática como fio condutor do processo de aprendizagem a partir da pesquisa científica como princípio educativo.

Assim, serão utilizadas a sala de aula invertida, seminários, mesas redondas, discussão de textos, casos práticos e demais metodologias ativas.

6.1.2- Metodologias baseadas nas Tecnologias

As atividades serão desenvolvidas, também, por meio de conteúdos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-SAGAH), visando à sinergia entre as estratégias de inovação no uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e os objetivos da disciplina, com vistas a



promover aprendizagem significativa e colaborativa.

Pensando nisso, serão utilizados fóruns, resolução de questionários, leitura e discussão de textos, estudos de casos, filmografia e/ou quiz como caminho para fomentar a construção do conhecimento.

6.2- 2º ETAPA

6.2.1 – Metodologias Ativas Presenciais

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e participativas, desenvolvendo a capacidade de atuação individual e coletiva através de metodologias ativas;

Pensando na pesquisa científica, serão utilizados artigos, teses e/ou dissertações, além da utilização da legislação, da doutrina e de outras fontes do Direito;

Todas as atividades serão realizadas com a participação dos (as) estudantes, motivando-os (as) para as avaliações institucionais do **ENADE** e da **OAB**.

A disciplina utilizar-se-á de diversas mídias, tendo a prática como fio condutor do processo de aprendizagem a partir da pesquisa científica como princípio educativo.

Assim, serão utilizadas a sala de aula invertida, seminários, mesas redondas, discussão de textos, casos práticos e demais metodologias ativas.

6.2.2- Metodologias baseadas nas Tecnologias

As atividades serão desenvolvidas, também, por meio de conteúdos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-SAGAH), visando à sinergia entre as estratégias de inovação no uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e os objetivos da disciplina, com vistas a promover aprendizagem significativa e colaborativa.

Pensando nisso, serão utilizados fóruns, resolução de questionários, leitura e discussão de textos, estudos de casos, filmografia e/ou quiz como caminho para fomentar a construção do conhecimento.

7. RECURSOS:

<input checked="" type="checkbox"/> Sala (comum)	<input type="checkbox"/> Sala Configuração Flexível	<input type="checkbox"/> Laboratório(s) - agendar
<input type="checkbox"/> Práticas em Campo	<input checked="" type="checkbox"/> Kit multimídia	<input type="checkbox"/> Outros (informar)

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

AVALIAÇÃO:

- **1ª Etapa:**
Avaliação Institucional (Modelo ENADE) – Valor: 10,0 (dez) pontos.
Avaliação da Aprendizagem Baseada nas Tecnologias – Valor: 10,0 (dez) pontos.
- **2ª Etapa:**
Avaliação Institucional (Modelo ENADE) – Valor: 10,0 (dez) pontos.
Avaliação da Aprendizagem Baseada nas Tecnologias - Valor: 10,0 (dez) pontos.



09. ATENDIMENTO EXTRA CLASSE:

Atendimento presencial, mediante agendamento prévio. Atendimento via e-mail.

10. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LASSALLE, Ferdinand. A essência da constituição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2012.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012.

11. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do Brasil. SP: Saraiva, 2004.
BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. Brasília: OAB, 2002.
CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários à constituição brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 9vls.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.
HORTA, Raul Machado. Direito Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

12. LEITURA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 240: 1-42, abr./jun. 2005.

BARROSO, L. R.; BARCELOS, A. P. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Revista da EMERJ, v. 6, n. 23, 2003.

SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 3, n. 9, jan. 2009.

SOUSA, Felipe Oliveira de. O raciocínio jurídico entre princípios e regras. Brasília: Revista de Informação Legislativa. Ano. 48 n. 192 out./dez. 2011.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Conforme Plano Individual de Trabalho (PIT).

14. APROVAÇÃO:

Aprovado em ____/____/____

Homologado em ____/____/____

COORDENADOR(A)

GERÊNCIA ACADÊMICA



FASETE
FACULDADE SETE DE SETEMBRO
PAULO AFONSO - BA

ORGANIZAÇÃO SETE DE SETEMBRO DE CULTURA E ENSINO LTDA
Redeenciada pela Portaria / MEC n.º 881/2016 - D.O.U. 15/08/2016
CNPJ: 03.866.544/0001-29 e Inscrição Municipal n.º 005.312-3

OBS: As datas das avaliações poderão sofrer alterações de acordo com o disciplinado pela secretaria acadêmica da FASETE.